

RECLUSÃO BIOLÓGICA E TRANSGRESSÃO FEMININA: a mulher entre dois destinos

Maria Beatriz Nader

Professora Adjunta do Departamento de História da UFES.

As discussões acadêmicas que se voltaram para os estudos sociais, no final do século XX, deram ênfase às pesquisas sobre a história da família e, conseqüentemente, foram suscitadas discussões sobre a história da mulher, principalmente no que dizia respeito à libertação feminina do poder que lhe foi imposto pela sociedade durante milênios. Esses estudos se transformaram numa produção sem precedentes na história da academia e ainda carecem de novos conhecimentos, uma vez que esse campo de pesquisa é muito vasto e a cada dia novas descobertas são realizadas. Os trabalhos relacionam-se não somente aos aspectos da vida social da família e da mulher, no passado e no presente, mas também às condições de vida da família, nos estudos sobre o sexo, filhos, saúde, casamento, divórcio, profissão, salário, moradia, escolaridade, movimento feminista, etc.

Dentre inúmeros outros temas, o estudos dos diferentes papéis exercidos pela mulher nas sociedades patriarcal e contemporânea merecem ainda melhor exploração. A cada novo documento pesquisado, surgem novos fatos que carecem de maiores estudos e mais dedicação do pesquisador. Mesmo existindo alguns povos que ainda consideram a mulher um ser humano anulado nos mais variados campos sociais e profissionais (nas grandes empresas, no governo, na política, etc.), as reivindicações e os movimentos femininos, nas últimas décadas, marcaram profundamente a sociedade ocidental, particularmente a brasileira, alterando o sentido da visão sobre a mulher, seu papel social, sua participação no interior da família e, por conseguinte, da própria história da mulher.

Neste contexto, procurou-se situar o papel exercido pela mulher na sociedade patriarcal brasileira e o papel social da mulher contemporânea dentro da instituição familiar e na sociedade como um todo. Para isso, foram consideradas as instituições periféricas e os movimentos sociais provocados pela própria mulher, de modo a pôr um fim em sua reclusão biológica patriarcal e transgredir o destino feminino que lhe foi imposto pela sociedade durante muitos séculos.

A MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL: RECLUSÃO BIOLÓGICA

A Bíblia Cristã trata da criação da mulher afirmando que esta foi “formada” a partir da costela de Adão. De posse dessa afirmativa, a sociedade patriarcal considerou a mulher como um ser dependente do homem. Em função desse pensamento, historicamente, a vida da mulher foi atrelada à instituição familiar, que, por sua vez, restringiu o papel feminino em seu interior a uma prática de subordinação ideológica ao poder masculino.

A sociedade humana, durante milênios, ligou a vida da mulher à família e a literatura interpretou esta prática como sendo uma ação passiva e submissa da mulher. A própria educação familiar e religiosa ensinava à mulher apenas o que ela deveria saber para bem conduzir uma unidade doméstica, respeitando e obedecendo seu marido, o chefe da família. Na verdade, a compreensão deste fenômeno se dá pela própria interpretação que a historiografia realizava da tutela que o homem exercia sobre a mulher, tutela esta diretamente relacionada à ordem econômica e ao controle político da sociedade. Na primeira, pela dependência econômica da mulher para com o homem e a rígida divisão social do trabalho, e na segunda, pela manutenção da supremacia masculina. O poder do imaginário social consistiu, então, em que as mulheres ficassem em casa cuidando dos filhos e acreditassem que o trabalho realizado por ela fora da unidade doméstica era desprezível e pobre.

Pela própria estrutura econômica e social implantada no Brasil, a mulher dependia da autoridade masculina, primeiramente do pai e depois do marido, sem nenhuma opção de escolha quanto ao seu destino. Casava por imposição e interesse do pai, sem conhecer, muitas vezes, o homem a quem deveria dar seu corpo e sua própria vida. O código de valores transplantado para a Colônia impunha que a mulher deveria casar-se e enquadrar-se ao casamento para se afastar da vida mundana, sujeitar-se aos desejos do marido, seu dono e senhor,

que poderia corrigi-la e castigá-la por qualquer ato de desagravo, obedecer ao poder masculino sem contestar, uma vez que fora criada somente para obedecer, mostrando-se, inclusive, agradecida por tal correção.¹ A ela não era permitido ter vontade própria, pela inferioridade que lhe era atribuída. Vivia isolada e confinada ao lar, portanto dependente economicamente do pai ou do marido. Sua tarefa primordial era a reprodução, supervisão dos trabalhos domésticos e o cuidado com as crianças. Casava-se muito jovem, com aproximadamente 13 anos e, normalmente aos 15 já era mãe. E, se atingisse a idade de 20 anos sem contrair matrimônio, era considerada *solteirona*.

Por se casar muito cedo e ter inúmeras gestações, viver em reclusão e não praticar nenhuma forma de exercício físico, a mulher honrada foi considerada um *fruto precocemente amadurecido*. Tal fato pode ser justificado pelo fato de a mulher, neste período, ter tido uma infância muito curta, na adolescência apresentar-se como uma senhora e, durante sua vida adulta ter grande número de concepções e abortos, pois a própria sociedade colonial esperava que a mulher tivesse muitos filhos. E, como esses morriam muito cedo ou já nasciam mortos, seus partos ocorriam com muita frequência.

Esses costumes eram apoiados pela Igreja Católica que, a partir do Concílio de Trento, intensificou o discurso eclesiástico em relação à mulher e passou a utilizar-se dela para conseguir adestrar a sexualidade e fazer da família o eixo moderador da moral cristã que queria implantar no Brasil.

A prática da educação feminina, por isso, até o século XIX, era realizada em instituições especializadas em resguardar a virtude e a castidade, preparando as mulheres para a vida adulta conventual ou doméstica, que as preservaria dos *defeitos ordinários do sexo feminino*. Ainda pequenas, as meninas eram encaminhadas aos recolhimentos, uma espécie de clausura educativo-religiosa que somente se preocupava com a formação comportamental da mulher, procurando conservar a honra e a virtude da mesma, mas que a relegava ao plano das atividades consideradas social e intelectualmente de menor esforço, ou seja, as atividades domésticas e religiosas.

1. Pela simples desconfiança de estar praticando atos considerados levianos, a mulher era punida com castigos que variavam da morte à reclusão. Essa reclusão era realizada, normalmente, em recolhimentos distantes de sua casa e que serviam para a conservação da virtude e da honra. Por recolhimento entende-se, no âmbito desta pesquisa, a instituição anexa aos conventos, cujas finalidades eram, dentre outras, abrigar e educar parcela da população feminina da sociedade brasileira.

Às mulheres honradas eram dadas poucas opções de vida, ou casar ou entrar para um convento, pois evitava-se, sempre que possível, a mulher permanecer solteira.² Se o papel que elas deveriam desempenhar era austero, exaltando as virtudes de uma vida recatada e submissa, a sua educação possuía os requisitos básicos para submetê-las ao poder masculino, condicionando-as a aceitar a completa supremacia do homem sobre o grupo familiar e mesmo sobre a sociedade, domesticando-as para passar do domínio do pai para o domínio do marido.

Tradicionalmente a instrução feminina, quando existia, era feita em casa. E, do ponto de vista do bispo Coutinho³, havia tamanha inconveniência na instrução ministrada às meninas em seu próprio domicílio, pois em casa a ausência de tarefas para as meninas de condição *nobre*, o contato permanente com criadas lisonjeiras e o prolongar do sono eram fatores primordiais para desenvolverem nas meninas a indolência e a preguiça, tornando-as mais expostas às rebeliões da carne.

Por este e outros imaginários a respeito da mulher, urgia que as meninas fossem inseridas desde cedo em instituições capazes de lhes darem uma educação esmerada, de modo a não adquirir comportamentos perniciosos ao seu desenvolvimento moral. E, uma vez na clausura, as meninas recebiam uma formação proporcionada à sua ocupação futura: se destinada à religião, a sua formação seria voltada para o estudo do Latim e da Música, com um estilo de vida totalmente conventual, e se iria casar-se, ter filhos e assumir a administração do lar, sua aprendizagem se limitava a contar, coser, bordar e aprender a ler, escrever e contar.

A partir da segunda metade do século XVIII, porém, foi lançado um novo olhar sobre a educação feminina no sentido de dosar e regular o conhecimento dado às mulheres. Nem o excesso de instrução, nem a ignorância total. Diferentemente da educação que havia sido praticada até então, a educação feminina passa objetivar as boas maneiras e a etiqueta. A corte

2. Muitas mulheres permaneciam neste estado, vivendo de rendimentos deixados pelos bens patrimoniais dos esposos ou dos pais, apesar de a coroa portuguesa adotar para o Brasil o incentivo à prática do casamento.

3. Tema abordado nos Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória da Boavista de Pernambuco, pelo Bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Sobre o assunto ver ALGRANTI, L. M. *Honradas e Devotas. Mulheres da Colônia. Condição Feminina nos Conventos e Recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

portuguesa, ao vir para o Brasil, no início do século XIX, trouxe o poder destas idéias e, ao se instalar no Rio de Janeiro, transformou sensivelmente a sociedade brasileira e todo o aparato cultural vigente na Colônia. As atitudes do governo joanino fizeram uma revolução cultural no Brasil, contribuindo para que fosse introduzido no país o pensamento burguês que adquiria robustez na Europa.

Mesmo frágil e com fortes raízes agrárias, a sociedade brasileira paulatinamente sofreu alterações e implantou novos valores. No que diz respeito à família, foram feitas diversas representações ideológicas em relação ao comportamento feminino. Eram idéias que se posicionavam de forma contrária às apregoadas pela Igreja e por aquele código de valores implantado no Brasil desde os tempos coloniais que segregavam a mulher no lar, afastando-a da vida sócio-cultural, política e econômica.

Sendo considerada ainda valiosa no projeto reformador da Igreja Católica, que condenava drasticamente as liberdades da civilização moderna, a mulher continuou sendo vista pela Igreja como um ser cuja constituição *natural* voltava-se exclusivamente para a vida familiar, e que por isso não se destinava à vida social, muito menos à profissional.

Tanto as idéias positivistas quanto as católicas tinham como ideal feminino a permanência da mulher virgem, junto à casa paterna, até o casamento e, depois de se incorporar à uma vida conjugal não se envolver com atividades políticas e profissionais, dedicando-se somente à procriação e educação dos filhos. Para isso, propunham que as mulheres passassem a freqüentar uma educação capaz de prepará-las, não mais para somente desempenhar o papel de esposa e reprodutora, mas também para dar sustentação e apoio ao marido, que trabalhava fora do espaço doméstico, e educar os seus filhos.

O mundo público, os segmentos econômico e político, continuavam reservados aos homens e, em vista disso, nenhum dos processos de ensino empenhava-se em preparar a mulher para o mercado de trabalho emergente, nem mesmo garantir-lhe a escolha de qualquer campo profissional. O acesso da mulher à educação não rompia com o padrão de comportamento feminino, mas aprofundava o desempenho feminino no domínio doméstico. Desta forma, tanto nas escolas confessionais como as leigas, particulares ou não, persistia a valorização do universo doméstico-familiar, relacionando as atividades educativas profissionais com o exercício das atividades domésticas femininas.

Eram disciplinas que objetivavam conservar na mulher a mentalidade de que sua virtude através da virgindade, seria o passo certo para casamento, objetivo de vida da mulher. Em função desta prática, muitas meninas ficavam nas escolas somente até atingirem os 16 anos, aproximadamente, quando

saiam para casar e, muito pouco delas chegavam a terminar o curso secundário e somente uma pequena parcela chegava a atingir o ensino superior.

De modo geral, não havia nenhum empenho por parte da sociedade em dar continuidade aos estudos femininos ou que a mulher procurasse uma profissão. Através da família e da escola, a sociedade continuava criando mecanismos de controle evidenciando a permanência de fortes traços discriminatórios e desiguais entre o homem e a mulher, mantendo a situação da mulher, apesar da aparente democratização das relações sociais.⁴

O DESTINO TRANSGREDIDO

Indo além daquele imaginário, grande contingente feminino geralmente provindo das camadas mais empobrecidas, participou da força de trabalho desde as instalações das primeiras fábricas têxteis no Brasil, na segunda metade do século XIX. Eram mulheres trabalhadoras, que exerciam atividades externas ao domicílio.

Na virada do século XIX para o século XX, mesmo quando grande contingente feminino de trabalhadoras das indústrias foi em parte substituído por trabalhadores masculinos, principalmente por imigrantes estrangeiros, no ramo têxtil a grande força de trabalho era a mão-de-obra feminina, apesar de receber um salário inferior ao salário recebido pela mão-de-obra masculina.⁵

4. Apesar da não proibição explícita às mulheres de freqüentarem as escolas oficiais, as ausências de condições materiais que permitissem a co-educação e de verbas que permitissem o aumento de suas instalações, foram os argumentos usados para neutralizar a grande pressão da solicitação de matrículas femininas. Mas, esses argumentos não conseguiram afastar de todo o interesse das mulheres em participar da educação. Em 1920, a Escola Profissional Feminina de São Paulo, criada para atender a uma clientela feminina destinada ao serviço operário, devido à grande procura de candidatas para freqüentarem os seus cursos, mudou seu nome para Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios, continuando a formação das operárias, mas voltando-se principalmente para a formação de professoras para escolas profissionais destinadas às mulheres.

5. Em 1907, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, o Centro Industrial do Brasil realizou um levantamento sobre os salários nas indústrias têxteis e constatou que as mulheres recebiam menos que os homens. Também o Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, publicou, em 1912, um relatório que mostrava um conjunto de 10.204 pessoas trabalhando em diversas fábricas, sendo que desse total 6.801 eram mulheres que trabalhavam durante doze horas e meia por dia, em alas separadas dos homens, recebendo em sua grande maioria um salário menor do que o recebido pelos homens.

Um dos principais obstáculos para a igualdade de salários e de chances de trabalho foram os preconceitos por parte dos homens contra a presença de mulheres em ambientes que consideravam não tipicamente femininos e que justificavam tal pensamento alegando que a mulher que trabalhava fora de casa, nas fábricas, vivia num *inferno*. Muitas mulheres trabalhavam em áreas fechadas e úmidas que levavam-nas muitas vezes à tuberculose, tinham horários para irem ao banheiro e eram obrigadas a praticar sexo com os patrões, dentre outras subordinações.

O imaginário social que se desenvolvia na sociedade localizava a esfera privado-doméstica como o refúgio moral da esfera público-política amoral e perigosa e que as mulheres puras neutralizavam as aspirações destruidoras desse mundo público. Por isso, se a mulher convivesse com a esfera público-política, seria corrompida pela familiaridade com a força e a violência, característica masculina da esfera pública, sujeitando-se, assim, a perder as qualidades de pureza e ingenuidade tão características da esfera privado-doméstica.

Mesmo assim, as mulheres, por força da necessidade econômica, permaneceram no mercado de trabalho e formaram grupos e associações que reivindicavam melhores condições de trabalho, aumento salarial, redução da carga horária de trabalho e a organização de sindicatos classistas. No Brasil, os primeiros movimentos femininos surgiram no período da campanha abolicionista. Daí em diante, sua evolução foi lenta mas progressiva, sob o impulso das transformações sociais que possibilitaram as mulheres de classes mais abastadas trabalharem fora de casa. Restritas ao ambiente doméstico, as mulheres que desenvolviam somente atividades voltadas para a família se viram diante das numerosas ofertas de trabalho que absorviam pessoas, de ambos os sexos, detentoras de bom nível de escolaridade.⁶

Movimentos feministas surgem da iniciativa dessas mulheres e seu cunho liberal ultrapassou o elemento biológico, colocando, inclusive, em discussão o conceito de natureza que sempre foi utilizado como justificativa do poder masculino sobre as mulheres, procurando dar maior atenção ao contexto sócio-cultural, uma vez que o mesmo era utilizado como influenciador daquele comportamento. O sufrágio feminino, o divórcio, o direito à propriedade, à

6. Eram serviços que precisavam de moças que pertencessem às famílias de condição elevada para assumir funções em escritórios, comércio e repartições públicas.

educação e a participação da mulher na política eram os principais pontos de luta das mulheres que pretendiam a igualdade social e política, sem, no entanto, buscar transformar a vida privada familiar. Elas aceitavam de pronto a divisão entre a esfera pública, especialmente política, e as questões de ordem privada, mas queriam acabar com as leis discriminatórias entre homens e mulheres.

Após a conquista do sufrágio feminino, a partir do início do século XX, em vários países ocidentais, inclusive no Brasil, os movimentos feministas, bem como seus esforços teóricos, estacionaram. A questão feminina ficou apenas por conta da doutrina dos partidários de idéias e princípios professados pelos liberais e pelo sistema político que preconizava a incorporação de mulheres aos meios de produção coletivo, o socialismo. Estas idéias propunham não uma reforma na sociedade mas a transformação radical da mesma. Com efeito, pretendiam a abolição da divisão tradicional do trabalho masculino e feminino em todos os setores, a participação da mulher nos assuntos comunitários, no trabalho, no governo, na educação e na cultura, proporcionando a união dos sexos baseada na liberdade e no afeto. Também tinha como ponto de luta o direito ao voto e à legislação divorcista.

As Grandes Guerras, ocorridas no século XX, foram os eventos fundamentais na conclamação geral das mulheres, principalmente das ocidentais, para entrarem no mercado de trabalho, pois a economia ocidental precisou da mão-de-obra feminina. A escala da economia de guerra mobilizou milhões de mulheres para o trabalho necessário, principalmente nas indústrias e nos campos europeus da resistência, enquanto cuidava da família, dos filhos e dos velhos.

Após as Guerras muitas questões feministas defendidas até então, como a inclusão formal da mulher na vida pública e política, já conquistadas em parte, cedem lugar às reivindicações sexistas e raciais. A obtenção de garantias de redução das desigualdades econômicas e sociais, que impunham as diferenças dos papéis sexuais que impediam as mulheres de se afirmarem e se expressarem, passou a ser o principal ponto de luta do feminismo mundial. A partir daquele momento, as mulheres passaram a entender que as formas de desigualdade entre homens e mulheres são resultados de processos injustos e não disposições naturais ou qualidades de quem é capaz de apreciar ou resolver assuntos de interesse individual.

Na realidade, as mulheres tomaram consciência de que seus problemas não eram somente de ordem política ou material, e sim de ordem social. Muitas diferenças entre os sexos deixaram de ser consideradas como

problemas de ordem privada para dar lugar às questões públicas sobre as quais o Estado tem responsabilidade. Creches, direito ao aborto legal e gratuito, reconhecimento jurídico da mãe de família a nível profissional, eliminação legal da discriminação sexual no trabalho, licença-maternidade, paridade salarial, dentre outras, foram reivindicações de mulheres que buscavam um novo entendimento de seu papel social.

A partir daí os movimentos femininos passaram a ter vulto, contando com apoio inclusive de partidos políticos, que se posicionaram favoráveis à emancipação da mulher. Após 1975, o “Ano Internacional da Mulher”, proclamado pela ONU, inúmeros grupos femininos debruçaram-se sobre problemas voltados para a vida da mulher: saúde, educação, direitos, etc., provocando um movimento que desenvolveu milhares de atividades de pesquisas, envolvendo pessoas de todas as camadas sociais, níveis de escolaridade, credo e raça. Foram criadas inúmeras associações femininas que desenvolveram publicações periódicas, divulgando por todo o Brasil o preconceito e a discriminação da mulher no trabalho, na família, na educação, enfim em toda a sociedade. Grupos femininos participaram de congressos e greves trabalhistas, reivindicaram o acesso das mulheres às universidades e às carreiras profissionais, sobretudo as dos setores médios e superiores urbanos, que se baseavam no êxito individual feminino em setores de atividades até então ocupados pelos homens.

As mulheres alteraram principalmente os padrões de organização da instituição familiar. Como por exemplo o controle do número de filhos. A taxa de redução do número médio de pessoas por unidades domésticas é um fenômeno de fato constatado por várias pesquisas,⁷ e cada vez mais faz parte das expectativas dos diferentes segmentos da sociedade. As transformações culturais e a influência dos meios de comunicação também contribuíram para que as unidades domésticas no Brasil tivessem seu tamanho diminuído. A difusão maciça de métodos anticoncepcionais e esterilizantes é uma prática largamente utilizada, nas duas últimas décadas, alcançando mulheres de todas as classes sociais. Do total de mulheres em idade reprodutiva que se utilizavam

7. Ver MINAYO, M. C. S. *Os Muitos Brasis. Saúde e População na Década de 80*. São Paulo:HUCITEC; Rio de Janeiro:ABRASCO, 1995; pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre a Mulher da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 1985. Op. Cit.; e KALOUSTIAN, S. M. (org) *Família Brasileira: a base de tudo*. São Paulo:Cortes;Brasília:UNICEF, 1994.

de práticas anticoncepcionais, em 1986, 42,2% utilizava pílulas e 41,3% eram esterilizadas.⁸

Também as relações de poder que existiam ao nível da relação marido-esposa passaram a ser questionados no interior das relações familiares. A resistência, ou mesmo a indiferença masculina diante de novas solicitações femininas, tenderam a levar a uma situação de conflito dentro do domicílio e, posteriormente, ao rompimento da relação conjugal. Tais mudanças, aliadas à regulamentação do divórcio no país, em 1977, desafiaram os componentes básicos do papel exercido pelas mulheres no interior das unidades domésticas, uma vez que as diferenças e a instabilidade afetiva e econômica não são estimulantes para que os laços conjugais permaneçam estáveis, o que levou a que milhares de laços conjugais conflituosos se desfizessem.

A dinâmica dos processos de divórcio permite verificar que a argumentação legal faz parte do instrumento utilizado pela mulher para acabar em definitivo com os conflitos conjugais e, por conseqüência, o vínculo que a submetia ao elemento masculino.⁹ A posição da mulher contemporânea foi sendo modificada ao ponto de sua dependência ao homem transformar-se em luta para atingir a igualdade com o mesmo. E, com esta luta, a estrutura da própria família sofreu enormes mudanças.

Esta explosão de reações femininas caracterizou pura e simplesmente a ruína do poder masculino instituído há milhares de anos, o qual subjugava as mulheres. Com isso, elas obtiveram êxito. Foi através dessa explosão que as mulheres conseguiram sair de seu confinamento milenar, em termos de situação de classe e intelectualidade. Suas idéias frutificaram e ganharam força de um movimento de massas cujas componentes não estavam preocupadas em separar as classes sociais, as cores, os níveis de instrução, as

8. Outras causas que levam à diminuição do número de filhos por unidade doméstica podem ser arroladas também pelo alto índice de aborto e cesarianas desnecessárias. Segundo uma pesquisa realizada junto aos hospitais da Previdência, somente no ano de 1980 constatou-se um total de 211.597 mulheres que foram internadas devido às seqüelas de abortos clandestinos, e que a média de aborto por ano, entre 1980 e 1983, estava entre 1,5 milhões e dois milhões. Nesta mesma pesquisa ficou revelado que 54% das guias para tratamentos por seqüela de aborto correspondia a mulheres casadas e que foi muito grande a proporção de adolescentes que precisaram de tratamento pós-aborto.

9. O código de valores e de comportamento feminino, apesar de ainda permanecer no imaginário da sociedade brasileira, deu lugar às mudanças sociais provocadas pela instituição da natureza do Direito na separação judicial, tanto contenciosa como consensual.

religiões, nem mesmo os níveis morais. A partir daí, a posição e o papel da mulher na sociedade se tornaram originalmente diversos daquilo que a história feita pelos homens normatizou durante muito tempo.

• • •

BIBLIOGRAFIA

ABREU, A. R. de P. & SORJ, B. *O Trabalho Invisível. Estudos Sobre Trabalhadores a Domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro:Rio Fundo, 1993.

ALGRANTI, L. M. *Honradas e Devotas. Mulheres da Colônia. Condição Feminina nos Conventos e Recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro:José Olympio;Brasília:Edunb, 1993.

BARROSO, C. e COSTA, A. O. (orgs.) *Mulher, Mulheres*. São Paulo:Cortez:Fundação Carlos Chagas,1983.

BÚSSULA, C. O Feminismo: História de Uma Ideologia Moderna. In: *Revista de Cultura da UFES*. Vitória-ES, nº 34, 1985 p. 47-63.

D'AVILA NETO, M. I. *O Autoritarismo e a mulher. O jogo de dominação macho-fêmea no Brasil*. Rio de Janeiro:Achiamé, 1980.

DEL PRIORE, M. *A Mulher na História do Brasil*. 3ª São Paulo: Contexto, 1992.

KALOUSTIAN, S. M. (org) *Família Brasileira:a base de tudo*. São Paulo: Cortes;Brasília: UNICEF, 1994.

MINAYO, M. C. S. *Os Muitos Brasis. Saúde e População na Década de 80*. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1995.

NADER, M. B. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. Vitória: EDUFES, 1997.

REIS, M. C. D. Crescer, Multiplicar, Civilizar – Destino de Mulher nas Orientações Educacionais Disciplinares (São Paulo, Anos 20 e 30). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.09, set.89/fev.90. p. 95.

ROMANELLI, O. de O. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SILVA, M. B. N. da. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981. p.74.

SINGER, P. e BRANT, V. C. São Paulo. *O Povo em Movimento*. Petrópolis: Vozes, 1981.